

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LOA 2024 – 28/11/2023

Boa noite a todos. Às 19 horas do dia 28 de novembro de 2023, tem início a audiência pública em que será debatido e colhido subsídios sobre o Projeto de Lei 073, de 2023. A LOA estima a receita e fixa a despesa do município de São João da Boa Vista para o exercício de 2024.

Estão presente o vereador Titi, o senhor Diogo, diretor do Departamento de Finanças, Dra. Michelle, assessora jurídica da Câmara Municipal e as servidoras municipais Silene e Evelyn e o diretor legislativo José Antônio Ferreira. Também está sendo transmitido pela TV Câmara e o YouTube. Dando início a audiência. Passo a palavra ao senhor Diogo para fazer a sua explanação.

Senhor Diogo- Alô! Boa noite vereador Rui. Boa noite, Doutora Michelle. Vereador Titi e servidoras do Departamento de Finanças. Muito boa noite a todos que estão acompanhando online. Bom, vamos lá falando um pouquinho da LOA, que é a Lei Orçamentária Anual. Ela é a terceira peça de planejamento das chamadas peças de planejamento. Começam lá no PPA Plano Plurianual, que define as metas, as prioridades do governo durante todo o mandato. Pegando o segundo mandato do segundo ano do mandato e vai até o primeiro ano do próximo mandato. Então, no caso, o nosso PPA, ele vai de 2022 até 2025. Depois disso, a gente tem a segunda peça de planejamento, que é a LDO, que essa Câmara já apreciou, já, já aprovou ela. Ela é que define as prioridades previstas no PPA para o próximo ano. Então, no nosso caso, a nossa, nossa! Nossa LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ela pinçou ali algumas prioridades de governo para o exercício de 2024. E finalmente, onde vem aqui agora nosso assunto da nossa, da nossa audiência, a Lei Orçamentária Anual, que ela vai detalhar melhor as despesas, as dotações orçamentárias, a previsão de receita, a fixação de despesa para o exercício seguinte. Então, basicamente é o que a gente vem tratar aqui agora são os valores efetivamente que estão destacados em cada rubrica orçamentária. Tanto na receita como na despesa. Lembrando que o nosso orçamento, ele não está restrito apenas ao da Prefeitura. Ele também pega as autarquias. No nosso caso a FAE, a Faculdade e o Instituto de Previdência. E além disso, a gente tem também as despesas

fixadas da Câmara Municipal, que, diferente dos outros órgãos que arrecadam, que têm receita, seja por mensalidade da faculdade, tem o Instituto de Previdência, que são as contribuições patronais e as contribuições dos servidores. É a prefeitura que tem a arrecadação de das receitas, de impostos, de transferências governamentais, de convênios, né? E a Câmara Municipal. Diferentemente desses outros órgãos, ela não tem receita própria. Ela não arrecada o fruto. O que custeia as despesas da Câmara Municipal são os repasses dos duodécimos, né, que é 1/12 do orçamento previsto à Câmara Municipal, que são realizados pela prefeitura e estão na Câmara Municipal a gente tem aqui a fixação das despesas. Eh, acho que agora o vereador a gente faz aqui uma, né? Fez uma breve explicação do que é a LOA, do que é LDO, do que é uma peça de planejamento e eu restituo a palavra.

Caso tenha alguma dúvida, alguma pergunta, né, alguma coisa pra gente poder falar aqui, apresentar antes. Vereador, posso só fazer um agradecimento? Queria fazer um agradecimento aqui especial para a Silene, né, que é a nossa chefe do setor de planejamento Controle orçamentário, que sempre está envolvida ali diretamente, com o auxílio aos, aos departamentos, aos demais órgãos e também sempre está trabalhando em prol dos treinamentos, das orientações a todos os servidores, né? Obrigado Silene, pelo empenho de sempre, né? Há bastante tempo já atuando na prefeitura nessa área. E queria agradecer também aqui a presença da Eveline, né? Assessora do departamento de Finanças, né? Pelo apoio e pela ajuda a gente tocar juntos aí esse, esse departamento, esse desafio que é a que as finanças públicas do são, né? As finanças públicas do município. Vereador, obrigado pela oportunidade também agradecer a prefeita Terezinha pela confiança no nosso trabalho.

Vereador Rui Nova Onda - Passo a palavra a doutora Michele.

Doutora Michele - Boa noite a todos que cumprimentam na figura do nosso presidente em exercício. Vereador Rui, tem uma questão em relação a nova lei de Licitações. A partir de janeiro agora de 2024, ela se torna obrigatória. Ela A lei anterior, passou por uma prorrogação, né? Umas vias de transição. Gostaria de saber se o orçamento previsto agora para 2024 ele prevê um plano de contratações anual que é um requisito legal.

Senhor Diogo - E muito bem. A lei de licitação é antiga 8666 de 93, se eu não me engano, ela foi. Ela foi agora. Ainda não foi revogada, né? Ela tá passando aí pelo. Pela transição pra lei nova, que é a 14133, né, Que originalmente era pra já iniciar em abril de 2022, mas o governo federal fez mais uma prorrogação para fazer os ajustes finais para que os municípios tivessem tempo de fazer os ajustes para fazer essa transição. Eh, apesar de não ser diretamente ligado ao meu departamento, né? Mas a gente tem o conhecimento que existe um decreto municipal que já está saindo e já está em vias de ser publicado, onde ele contém, além das diretrizes, os procedimentos para a adequação e o uso e aplicação dessa lei nova da 14133, onde também está previsto o Plano Anual de Contratações, né, que é aquele plano, aquele planejamento de todas as compras e licitações e contratações do município que devem ser feitos anualmente, inclusive em conjunto com a Lei Orçamentária Anual com a LOA. Então Michelle, respondendo diretamente a sua pergunta, existe sim esse planejamento que vai sair junto com esse decreto municipal.

Doutora Micheli - Perfeito e superimportante. A resposta veio além até do que eu perguntei. Isso é muito importante até para a gente esclarecer que a nova Lei de Licitações ela demanda uma regulamentação, que isso também já está feito, está sendo feito pelo município, previamente se preparando para o ano de 2024, tanto com a regulamentação como também com o Plano Anual de Contratações.

Tenho só mais um questionamento até olhando aqui a descrição, todas as rubricas. Diante do contexto econômico que a gente vem vivendo, quais são as medidas que estão previstas, que estão sendo, né? Projetadas para 2024, pra otimizar a eficiência econômica financeira do município e garantir que os recursos vão ser alocados da melhor maneira possível.

Senhor Diogo - Primeiramente, Michelle, é o próprio planejamento, né? Uma postura que a gente vem adotando desde que a gente assumiu essa postura em conjunto com o nosso setor de planejamento, controle. Vocês me ouvem bem, né? É a questão do planejamento participativo, né? Então a gente faz uma hoje, uma descentralização desse planejamento, onde a gente tem uma efetiva participação de todos os departamentos no planejamento de cada

L. Bento

orçamento. Há um costume geral que não é exclusividade de nenhum município em especial, de fazer uma centralização do planejamento, né? O que costuma não ser tão eficiente, onde a gente tem é que participar o diretor ou a secretaria, né? Dependendo do município, a participação do diretor, do secretário que vai executar esse orçamento. Então o primeiro, o primeiro passo, o Michelle, é justamente esse, é a participação efetiva dos departamentos na elaboração do planejamento da cidade e no planejamento do orçamento de cada departamento, né? Não há o que se falar em orçamento participativo da população sem que haja primeiramente a participação dos diretores, a participação dos funcionários públicos, dos servidores e da prefeitura nessa elaboração.

Acho que a primeira coisa que é o primeiro passo, né, Frente a essa, essa eficiência do gasto público, né? O segundo é são os mecanismos de e de enfrentamento das situações que ocorrem no decorrer da execução do orçamento. Por exemplo, esse ano foi está sendo um orçamento, um desafio muito grande frente às situações relacionadas à Receita. A gente está vendo que o governo federal vem sofrendo uma queda de arrecadação muito grande, o que tem refletido diretamente no Estado, nos estados e nos municípios, né? Eu cito sempre como exemplo a questão do ICMS, né? Com a desoneração dos combustíveis, por exemplo, isso resultou numa queda de arrecadação muito grande no Estado, em especial o nosso Estado. O Estado de São Paulo, o que obviamente reflete no nosso a nossa participação, né? A gente tem uma cota parte dessa arrecadação nos municípios e a gente sofreu uma queda muito grande do ICMS em relação aos anos anteriores. Então, a segunda etapa, Michelle nessa questão da eficiência do gasto público, é justamente a gente identificar essas situações e a gente se adaptar, né? A gente fez um, publicou um decreto de contingenciamento frente a exatamente esse tipo de situação. Porque quando você tem uma queda considerável num tributo em especial, vou falar aqui do ICMS que ele é muito relevante não só no nosso município, mas nos nossos municípios como um todo. Ele impacta em outras receitas, por exemplo, o Fundeb e o Fundeb, parte dele ou a formação do fundo e é um percentual, uma retenção de 20% em alguns tributos. Entre eles a gente tem o ICMS, a gente tem o IPVA, a gente tem o FPM, que também sofreu uma queda. No entanto. Para quem está acompanhando o governo federal, a legislação, o governo Lula

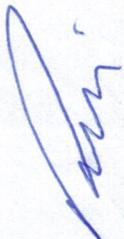
aprovou. Agora faz um mês, mais ou menos uma compensação, um repasse de compensação aos municípios e aos Estados em relação a queda que teve no FPM, no ICMS. Então, assim, são situações que vão acontecendo, que é aquela cascata. Então queda de FPM, queda de ICMS, queda no Fundeb também. O Fundeb é aquela, é a verba que a gente usa diretamente na educação. É um recurso vinculado na educação. Então, quando a gente tem uma queda de arrecadação do Fundeb, o que a gente tem que fazer é completar esse recurso com o recurso próprio da prefeitura. Então a gente tem que fazer toda um realinhamento, todo um replanejamento na prefeitura. Então acho que passa por isso o planejamento e a gente conseguir fazer essa mudança e essa adaptação na execução do orçamento.

Doutora Michelli – Perfeito. Muito obrigado. E a gente consegue verificar isso, né? Analisando a proposta orçamentária e também lembrando que todos os projetos que passam pela Câmara Municipal que existe ali, algum empenho de despesas, enfim, vem com essa previsão orçamentária, né? Tanto para o ano corrente como para os seguintes, alinhado aí com as questões orçamentárias gerais.

Senhor Diogo - Completando até essa informação da questão das intempéries, né? Que que assolam os municípios, a gente teve uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal, acredito. O ano passado, se não me engano, no finalzinho do ano passado e que acabou, que se concretizou de fato essa mudança, que é na forma de redistribuição do quesito que é a cota parte salário educação, é em média nos municípios vai ter uma queda de 50% nessa receita, né? Então são situações que preocupam bastante a gente, porque são recursos direcionados para educação, que quando corta a gente tem que completar com recurso próprio. Então, além disso, a gente teve que fazer um replanejamento do nosso PPA, da nossa LDO e consequentemente, isso se concretizou. Agora na LOA dessa redução do cheio. Então assim a gente recebia em média 7 milhões ao ano. Então a gente vai passar a receber algo em torno de 3,5, né? Então é uma queda substancial, né? É que para a gente poder manter a qualidade do ensino, manter a compra de uniforme, manter a compra de materiais, a gente vai ter que ter um aporte maior na fonte própria, né, do Tesouro Municipal. E a gente sabe que é essa. Quando acontece esse realinhamento, a gente não. A gente só pega o bolo que a gente já tem e diminui um pouquinho o tamanho dele. Só que os filhos que estão ali para comer esse pedaço de bolo,

eles ainda estão todos ali, vivos e com fome. Então a gente tem que fazer uma cortar um pouquinho as fatias um pouquinho mais finas, né? Para a gente poder fazer essa redistribuição.

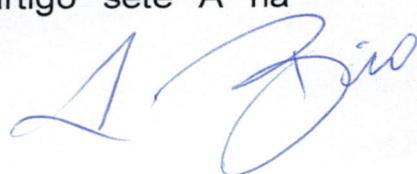
Porque a gente sabe que a grande prioridade dos municípios ela começa na saúde. Ela passa pela educação, né? Educação? Saúde não necessariamente nessa ordem. Saneamento, né? E segurança. Então a gente tem esses, esse, essas prioridades de governo e com recursos é, nunca maiores. Muito pelo contrário, eles vêm reduzindo no tempo no decorrer do tempo né? Mesmo quando a gente faz uma comparação. Dr. Michelle Vereador Titi é quando a gente olha um orçamento em relação a outro, a gente normalmente vê um crescente, né? O orçamento de 2019, ele de 2019 foi maior que 2018 de 20, maior que 19 e assim sucessivamente. Só quando você olha o número puro, você olha realmente que ele teve um aumento. Mas quando você começa a entender e analisar efeito de inflação, né? Na receita e na despesa, você percebe que o nosso orçamento ele vai minguando, ele vai reduzindo ao decorrer do ano, porque a despesa ela sempre tem um aumento, né? Hoje você vai no mercado, você percebe que uma compra hoje, o valor que você paga uma compra hoje você o carrinho, ele não está tão pesado como ele estava o ano passado e como estava o ano anterior, principalmente depois da pandemia, os preços aumentaram bastante e o poder de compra, o poder de contribuir de contribuição diminuiu bastante, né? Então são desafios que a gente vem enfrentando e que a gente vai enfrentar ainda aí por um bom tempo.



Doutora Michele -Muito obrigada, Diogo!

Vereador Rui - A gente vive hoje no município. O contingenciamento e a previsão para o ano que vem.

Senhor Diogo - E o contingenciamento ele tem, ele tem dois propósitos, né? Primeiro, enfrentar essa queda de receita que a gente vem experimentando, que eu já falei um pouquinho e a gente também tem a questão de uma lei federal, uma emenda constitucional que saiu em 2021, que ele, até por conta da questão da pandemia do. Esqueci o termo agora foi uma. Foi uma lei. Uma lei de auxílio que o governo federal deu de repasse aos municípios e que, em decorrência dessa, desse auxílio ao auxílio financeiro aos municípios. Ela veio e trouxe algumas regras, algumas exigências, e uma delas foi a aprovação da inserção do artigo sete A na



Constituição Federal, que ele cria um limite de percentual, um percentual limite ali de aplicação de receita corrente em despesa corrente, né? Então, assim, qual é a ideia dessa lei? É que os municípios eles tenham sempre uma capacidade de pagamento de dívida e investimento. Então, assim, se eu tenho o que é despesa corrente, até para poder deixar bem claro, a despesa corrente é aquela despesa que você utiliza para manter as coisas funcionando, manter o município funcionando. Então a despesa com folha de pagamento com água, luz, telefone, material, material de limpeza, material de expediente, gasolina, remédio, enfim. Então, essas despesas correntes, elas não podem ultrapassar 95% das receitas correntes, porque é para fazer sobrar um dinheiro para poder fazer pagamento de dívida e para investimento.

Essa é a premissa dessa lei. Basicamente é o município. O que está acontecendo hoje com o município de São João da Boa Vista ultrapassou esse limite de 95%, né? Mas quando a gente analisa o orçamento do município e percebe, a gente tem, por exemplo, a prefeitura, a prefeitura, de maneira isolada. Ela está em 85%. Então, ela está dentro do limite legal. Aí quando você pega e soma a FAE, né? E soma o Instituto de Previdência. Aí é onde acontece esse estouro desse limite, né? Principalmente relacionado com o Instituto de Previdência, né? O município de São João da Boa Vista não é diferente, por exemplo, do regime geral, né? Que é um regime e a gente sabe que é deficitária, né? Então assim, existem muitas medidas que infelizmente não foram adotadas em momentos oportunos, momentos adequados. Vamos chamar assim. Então a gente tem que tomar algumas medidas agora, né? Então, um Uma dessas medidas, o que que é? A gente tem que reduzir essa despesa corrente, a gente conseguir fazer essa, essa adequação, nesse percentual. Então, essa questão do contingenciamento é exatamente isso, para trazer esse equilíbrio frente a esse limite constitucional.

Vereador Titi - As despesas correntes é 30 de abril. A Prefeitura gastou com despesas correntes em torno de 97,21. Ela ultrapassa um pouco os 95, né? Depois é 30 de agosto. Ela baixou um pouco. Então eu estou fazendo uma pergunta de orçamento hoje.

É? Consegue adaptar até 30 de dezembro a legislação de 95%?

Senhor Diogo - É. Respondendo sua pergunta, a gente realmente a gente vem caindo percentual no decorrer do primeiro do segundo

bimestre em relação ao terceiro bimestre, a gente ainda não encerrou os últimos relatórios de 30 de abril. Desculpa, de 31 de outubro, né? Que é onde a gente vai fazer a nova apuração do percentual. Então eu não consigo responder para o senhor como que está essa situação. Mas a ideia de fazer o contingenciamento é justamente essa e de tentar adequar esse percentual nos limites legais. Então, a ideia é que chegue essa e o plano é exatamente para que a gente consiga atingir essa situação. E lembrando que esse percentual, quando ele ultrapassa, é quando a gente consolida todos os órgãos, né? É o que causa o maior desequilíbrio, justamente é o Instituto de Previdência.

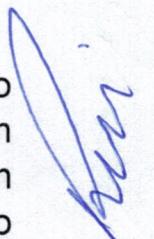
Vereador Titi - No caso, 30 de dezembro, teria que ter essa apuração.

Senhor Diogo - A gente apura a cada bimestre, do bimestre a cada bimestre. Então, se a última apuração é 31 de outubro, só que a gente ainda não finalizou, porque a gente tem que consolidar toda a contabilidade de todos os entes. Então, como existem os prazos legais e tudo mais de publicação, então a gente até o final desse mês, a gente tem os prazos para fazer as publicações.

Vereador Titi - Qual a previsão orçamentária para reposição de salários dos funcionários públicos em 2024?

Senhor Diogo - A gente fez uma previsão inicial de recompor a inflação, fazer uma recomposição inflacionária.

E a gente também está em conversa em discussão com o Instituto do Sindicato dos Servidores Públicos, a gente tentar chegar num número que a gente consiga frente a esses desafios que a gente vem enfrentando, com queda de receita, com A7A e toda essa situação com um ganho real para os servidores. Então a gente ainda está em estudo e a gente ainda está em negociação com o sindicato. Mas assim, no mínimo, qual é a ideia? A gente garantiu a inflação manter o poder de compra do servidor.



Vereador Titi - Tá certo. Obrigado.

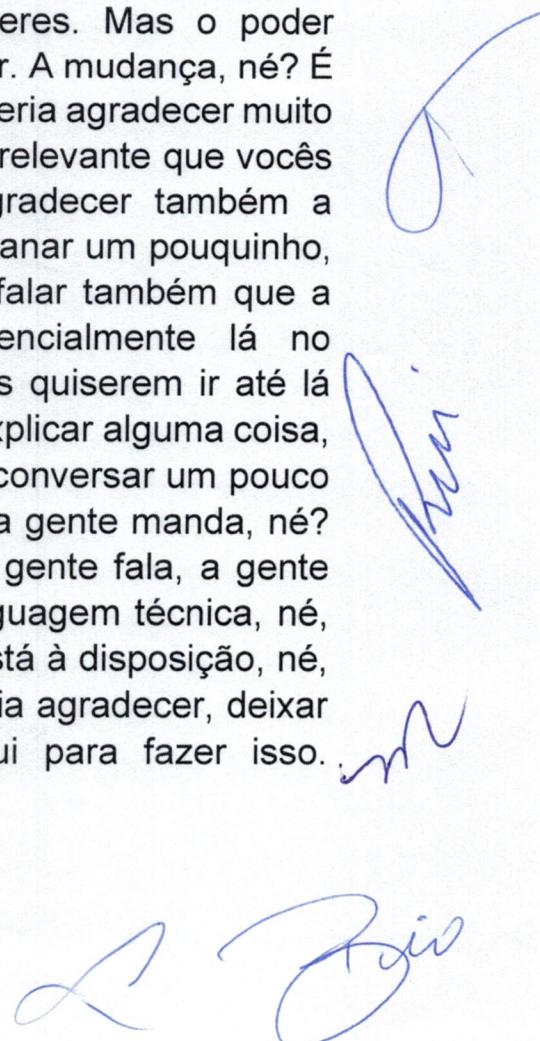
Vereador Rui - O Diogo, qual que é a estratégia pra garantir a transparência e o acompanhamento dos efetivos gastos públicos? Como a população pode acompanhar isso?



Senhor Diogo - O Portal da Transparência da Prefeitura já está no ar já há algum tempo, já bastante tempo. Então, o Portal da Transparência, ela é essa a ferramenta essencial e primordial para ter esse acompanhamento dos gastos públicos. Lá você consegue pesquisar a receita arrecadada, A despesa é executada todos os entes, né? Cada ente tem o seu portal de transparência, onde você consegue consultar ali as despesas de forma detalhada de cada um desses entes. Então, o Portal da Transparência, ele é a ferramenta fundamental para ter esse acompanhamento, esse acompanhamento popular, esse acompanhamento social do orçamento.

Vereador Rui - Mais alguma? Mais alguma pergunta? Tite? Dra. Michelle. Gostaria de agradecer e agradecer a presença de vocês. E nessa noite chuvosa e doa a presente audiência pública sobre Projeto de Lei, Pode?

Senhor Diogo - Tudo bem, é só fazer um agradecimento a essa casa que sempre aprecia os projetos de lei de tão relevância para a sociedade e para mim, o Poder Legislativo, né? Ele é o poder. Ele é o poder mais forte, né? Que a gente tem hoje na sociedade, apesar de ter o equilíbrio, né, dos três poderes. Mas o poder legislativo é aquele que realmente ele pode fazer. A mudança, né? É o regramento, as leis da nossa cidade. Então, queria agradecer muito o vereador, vereadores e o trabalho importante relevante que vocês prestam para a comunidade hoje. Queria agradecer também a oportunidade da gente estar aqui hoje para explanar um pouquinho, para falar um pouquinho do nosso trabalho e falar também que a gente está à disposição, né? Tanto presencialmente lá no departamento de Finanças, caso os vereadores quiserem ir até lá para a gente conversar, para a gente às vezes explicar alguma coisa, porque às vezes é tão importante, né? A gente conversar um pouco mais, né? Explicar uma situação que às vezes a gente manda, né? Tem pedido de informação, a gente explica, a gente fala, a gente detalha. Às vezes a gente coloca até numa linguagem técnica, né, que é o nosso trabalho, mas a gente também está à disposição, né, para a gente puder explicar e conversar. E queria agradecer, deixar registrada a oportunidade. A gente está aqui para fazer isso. Obrigado, vereador.



Vereador Rui - Eu que agradeço a presença de vocês e dou. A presente audiência pública sobre o Projeto de Lei N º 073 de 2023, a LOA por encerrada. Boa noite a todos! Eu José Antonio Ferreira, lavrei a presente ata, sendo que esta Ata segue assinada por todos os Presentes.

São João da Boa Vista, 28 de novembro de 2023.

Rui Nova Onda

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Antonio Aparecido da Silva

Vereador

Michele Cristina Souza Achcar Colla de Oliveira

Assessora Jurídica da Câmara Municipal

Diogo Leonel das Chagas

Diretor do Departamento Municipal de Finanças

José Antonio Ferreira

Diretor Legislativo